

LEI N.º 6.825, DE 17 DE JULHO DE 2013

Dá nova redação ao inciso III e ao §7.º do art. 13 da Lei Municipal n.º 4.760, de 07 de outubro de 2005 – que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Santo Antônio da Patrulha, com alterações posteriores.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º O inciso III e o §7.º do art. 13, da Lei Municipal n.º 4.760, de 7 de outubro de 2005, alterados pelas Leis Municipais n.º 4.802, de 23 de novembro de 2005, n.º 5.227, de 5 de junho de 2007, n.º 5.365, de 10 de dezembro de 2007, 5.580, de 19 de agosto de 2008, n.º 5.734, de 15 de abril de 2009, n.º 6.233, de 11 de maio de 2011 e n.º 6.529, de 22 de maio de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. ...

III – a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 14,50%, a título de alíquota normal incidente, sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, e sobre o que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, dos proventos dos inativos e pensionistas.

§ 7.º Adicionalmente à contribuição de que trata inc. III deste artigo, todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, a título de recuperação do passivo atuarial e financeiro, contribuirão com alíquota na razão de; 13,00% no período de janeiro a dezembro de 2014; 14,75% no período de janeiro a dezembro de 2015; 16,90% no período de janeiro a dezembro de 2016 e 17,25% no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2043; incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, e sobre o que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, dos proventos dos inativos e pensionistas.”

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 2014.

Santo Antônio da Patrulha, 17 de julho de 2013.

Paulo Roberto Bier
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Reginaldo Coelho da Silveira
Secretário da Administração